

# UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE A INTERPRETAÇÃO DE GRAMSCI POR ROBERT W. COX<sup>1</sup>

Por Rodrigo Fernandes dos Passos\*

**Resumo:** o intuito deste texto é apontar resultados preliminares de uma pesquisa que tem como objetivos: (a) investigar a existência de um eventual ecletismo na teoria crítica das relações internacionais enunciada por Robert W. Cox (1981) que permita, inclusive, entender uma hipotética aproximação com uma perspectiva idealista liberal; (b) pesquisar a coerência da abordagem coxiana com o aparato conceitual de Antonio Gramsci.

**Palavras-chave:** Gramsci. Cox. Teoria crítica.

**Abstract:** the intent of this paper is to point a preliminary research result that aims to: (a) investigate the existence of any eclecticism in critical international relations theory enunciated by Robert W. Cox (1981) that allows to understand a hypothetical approach to a liberal idealist perspective; (b) investigate the coherence of Coxian approach in relation to Antonio Gramsci's conceptual apparatus.

**Keywords:** Gramsci. Cox. Critical Theory.

## 1 Introdução

O intuito deste texto é apontar resultados preliminares de uma pesquisa que tem como objetivos: (a) investigar a existência de um eventual ecletismo na teoria crítica das relações internacionais enunciada por Robert W. Cox (1981) que permita, inclusive, entender uma hipotética aproximação com uma perspectiva idealista liberal; (b) pesquisar a coerência da abordagem coxiana com o aparato conceitual de Antonio Gramsci. A contribuição a ser proporcionada pela investigação proposta aponta para o início de uma elucidação em grau substantivo de pontos importantes do debate teórico internacionalista contemporâneo em vista da ausência na literatura nacional e internacional de uma avaliação mais substantiva nos termos dos objetivos mencionados.

Para tal, serão apresentados neste texto aspectos gerais da teoria crítica e sua repercussão

desde o início de sua formulação por Cox, seus nexos com as formulações de Antonio Gramsci e algumas dificuldades metodológicas e epistemológicas. Por fim, considerações finais resumirão os principais argumentos aqui desenvolvidos e apontarão alguns aspectos a serem melhor abordados em outras oportunidades.

Tem-se como objetivos mais amplos da pesquisa responder às seguintes questões, que resumiriam os problemas a serem investigados:

- a) em análise do conjunto de sua obra, o empreendimento teórico de Cox pode ser avaliado como eclético?
- b) a obra de Cox poderia se articular de modo incoerente com uma perspectiva crítica, tendo em vista que alguns de seus componentes importantes a alinhariam com uma última versão de um idealismo liberal?<sup>2</sup>

c) a centralidade da teorização coxiana em torno das formulações de Antonio Gramsci faz jus às premissas teórico-práticas do conjunto da obra do comunista italiano?

As hipóteses a serem testadas nesta pesquisa são:

a) a abordagem teórica de Cox incorre em ecletismo no âmbito epistemológico na medida em que justapõe aspectos incompatíveis entre si tomados dos pensamentos de Max Horkheimer e de Antonio Gramsci;

b) o ecletismo e a enorme amplitude dos princípios diferenciadores de uma teoria crítica e uma teoria *problem-solving* levam a primeira a ser entendida em alguns aspectos como um construto teórico compatível com o idealismo liberal;

c) o conhecimento do conjunto da obra de Gramsci por Cox é limitado, ignorando aspectos conceituais e metodológicos relevantes do autor sardo.

A revisão bibliográfica que se segue servirá em parte para fundamentar e justificar o conjunto das hipóteses elencadas.

A definição pontual da teoria crítica dá notícia de uma vertente histórica, de abordagem totalizante e inserida em um contexto de propósito transformador por Cox, na sua oposição à ahistoricidade, à perspectiva limitadora e de manutenção do *status quo* das teorias *problem-solving* (alusivas aos enfoques realistas e neoliberais). Na estrutura histórica da teoria crítica, interagem três categorias de forças: as capacidades materiais,<sup>3</sup> as ideias e as instituições (COX, 1981). Tal conceituação ensejou uma diversidade de vertentes teóricas, com vários pontos distintos entre si. A partir da enunciação pioneiro de Cox de 1981, houve uma miríade de enfoques abrigada sob o rótulo **teoria crítica** sem a preocupação mais específica do que e como seria a abordagem **crítica** em questão. Teriam como pressupostos partilhados aqueles já mencionados, que diferenciariam uma teoria crítica de uma teoria *problem-solving*, autores cosmopolitas, habermasianos (LINKLATER, 1996), neogramscianos e/ou neomarxistas (GILL; LAW, 1989; RUPERT, 1995; MURPHY, 1994, 1998; 2007), construtivistas (PRICE; REUS-SMITH, 1998; ADLER, 1999), foucaultianos (GILL, 1995), feministas (WHITWORTH, 1994), pós-modernos (WALKER, 2013), verdes (KÜTTING, 2001), como apenas alguns poucos exemplos da mesma teoria crítica.

Mais do que um rótulo extremamente abrangente, a teoria crítica proporcionou em algumas de suas variadas expressões uma grande dificuldade de entendimento dos parâmetros da crítica ao realismo estrutural de Waltz (1979; 2001),

seja se aproximando do parâmetro positivista ou dele distanciando-se. Ao mesmo tempo, a abordagem seminal de Cox articula distintas vertentes teóricas que, para além de seus rótulos vagos, podem ao menos indicar um pequeno parentesco intelectual com a abordagem realista, a despeito de enormes diferenças de um enfoque realista para com qualquer outro. Elencar-se-ia, a propósito disto, o assim chamado realismo de Carr, ainda que Cox destaque seu caráter histórico que o distingue de outras abordagens como as de Morgenthau (2002) e Waltz (1979; 2011). Em linha argumentativa que apontaria maiores proximidades com outras teorias, conforme Andrew Linklater (apud JAHN, 1998, p. 626), a teoria crítica construiria “pontes entre as ilhas das teorias”, incorporando partes valiosas do realismo, racionalismo e idealismo. Além disso, a teoria crítica poderia emprestar unidade e liderança à disciplina de Relações Internacionais e tentar agrupar outras abordagens em torno de seus projetos de pesquisa sem, contudo, que as outras vertentes possam mapear tal campo na sua totalidade. Isto tudo sem falar na *via media* entre a perspectiva mais próxima à teoria crítica e a de Waltz em enfoques que identificam no construto de Cox uma base para uma percepção e construção social da realidade (ADLER, 1999; WENDT, 2003).

Considerando toda esta diversidade e pluralidade, enuncia-se o foco em torno do ex-diretor da Organização Internacional do Trabalho e sua obra, considerando sua relevância e pioneirismo para a vertente em pauta.

É notável no *opus* do cientista político canadense certa centralidade em torno de nomes como Collingwood, Braudel, Vico, Ibn Kaldun e Gramsci. Este autor e sua recorrência na sua obra em particular fazem Cox encabeçar a lista dos autores classificados como gramscianos ou neogramscianos. Sem se entender como um marxista (ao contrário do que é comumente escrito), Cox (apud SCHOUTEN, 2010) declarou em entrevista ser apenas um tributário do marxismo. Ele coloca em segundo plano a discussão se faz ou não interpretação acurada do marxismo de Gramsci. Cox destaca o modo como usa tais interpretações para dar conta da análise adequada do plano internacional.

Tais pontos chamam a atenção para uma eventual coerência da abordagem teórica ou uma perspectiva eclética de Cox, um dos pontos centrais a serem discutidos a seguir como problema de pesquisa e tendência relevante no estado da arte.

## 2 Cox sobre Gramsci: um pouco da obra e repercussão

Resumir a produção bibliográfica de Cox e que lhe é pertinente seria muito difícil em face da enorme repercussão e do tamanho; por isso, o foco recairá neste item sobre aquela bibliografia especificamente pertinente aos problemas de pesquisa anteriormente mencionados.

Há uma significativa literatura que aponta a influência do enfoque filosófico da Escola de Frankfurt na definição coxiana da teoria crítica das Relações Internacionais (DEVETAK, 2005; HALLIDAY, 1999; PUGH, 2004; JAHN, 1998; MORTON, 2007), ainda que Cox (apud SCHECHTER, 2002) não admita. Todavia, nem o próprio Cox nem qualquer outro autor desenvolvem argumento para demonstrar que não existe tal parentesco intelectual.

Em outra oportunidade, foi demonstrado que as premissas fundamentais de uma teoria crítica das relações internacionais - na perspectiva de distinção entre uma teoria crítica e uma teoria *problem-solving* - são muito semelhantes às características que Horkheimer (1991) argumentou para diferenciar uma teoria crítica de uma teoria tradicional. Entretanto, foi apenas esboçada uma avaliação prévia de um ecletismo na formulação pioneira de Cox sobre a teoria crítica em 1981, na medida em que se justapõem dois estatutos epistemológicos distintos, ambos originários do marxismo (PASSOS, 2013).

O estatuto epistemológico de Horkheimer (1991) de uma teoria crítica destaca a diferenciação com a teoria tradicional, fortemente associada às ciências da natureza e práticas análogas a tais ciências. Estas ciências divorciam teoria e prática, sujeito e objeto, além de alienar toda a sua historicidade. O fazer científico tradicional nas universidades e laboratórios não guardaria qualquer caráter dialético e crítico em momento algum, conforme a avaliação do filósofo alemão. O momento de reconciliação dos processos de trabalho e da racionalidade identificados com a teoria crítica levaria à emancipação humana, muito embora não fique claro em que consistiria este momento, em vista da sua análise diagnóstica de uma impossibilidade revolucionária conjuntural dos anos 1930 - período da elaboração horkheimiana - e um enorme pessimismo permeado pelo nazismo, pelo fascismo, pelo stalinismo, pela iminência de uma guerra mundial e pelo refluxo dos movimentos políticos opositores e dos trabalhadores.

Já o estatuto epistemológico gramsciano diverge diametralmente do congênere horkheimiano. Um conhecimento e uma teoria de caráter crítico não

seria somente a reconciliação unitária e plena teórico-prática na construção do saber, mas um processo de desenvolvimento da filosofia, das ciências naturais e da superação da metafísica, da religião, do senso comum, **mesmo com seus limites** (GRAMSCI, 1975); portanto, pode-se partir de tais perspectivas e posteriormente superá-las. Todo tipo de conhecimento remete a uma indissolúvel unidade teórico-prática, mesmo que tal unidade não tenha alcançado seu corolário na sociedade integral ou total - o eufemismo gramsciano referente à sociedade socialista para fugir à censura carcerária. Este é o caminho para a construção de uma nova hegemonia - uma concepção dirigente de mundo a partir da sociedade civil por uma fração de classe, elite ou grupo combinando força e o predomínio do consenso nos âmbitos moral, intelectual, cultural, ético-político, econômico, social, ideológico etc. - identificada com as classes e grupos subalternos.

No que refere ainda a Gramsci, Cox reproduz definições discutíveis, no âmbito de senso comum, sobre o comunista italiano. Por exemplo, o intelectual orgânico como mentor de movimentos e partidos políticos (COX, 2002). Fazendo jus a Gramsci de modo mais acurado, a definição mencionada de Cox não se coaduna necessariamente com aquela encontrada nos cadernos carcerários, tendo em vista que o intelectual orgânico desempenha teórica e praticamente papel fundamental na organização, produção e reprodução de uma dada sociedade em seu modo de vida específico (GRAMSCI, 1975).

Outro ponto discutível concerne à proposição coxiana de uma “contra-hegemonia” aos Estados Unidos baseada em coalizão terceiromundista de Estados (COX, 1981), que enseja mais um dos limites à compreensão da obra de Gramsci. Não há o conceito de “contra-hegemonia” na obra do comunista sardo. Toda ação política é aspirante à hegemonia no aparato conceitual do comunista italiano, ainda que ela possa não ser efetivamente hegemônica no momento de sua ocorrência. Como categoria dotada de complexidade histórica, há formas completas e incompletas de hegemonia.<sup>4</sup> Este é o sentido de não aparecer a noção de “contra-hegemonia” em momento algum na totalidade da obra gramsciana. A provável razão da popularização deste conceito está associada ao seu uso pioneiro nos anos 1970 pelo crítico literário Raymond Williams (1977). O uso entre aspas pelos motivos já arrolados - como o faz Adam David Morton (2007) - é assim justificado.<sup>5</sup>

Há interpretações corretas de Gramsci por Cox

com desdobramentos discutíveis. A título de exemplificação, Cox menciona corretamente a unidade entre Estado e sociedade civil (1981), tal como Gramsci definiu em sua obra.

A propósito de tal perspectiva que alude, entre outros pontos, à relação entre Estado e mercado, Mariutti (2013, p. 43) remete ao fato de que Cox, ao propor a interpenetração entre Estado e sociedade civil,

[...] o faz de forma muito mais sofisticada e dinâmica, pois congrega a "internacionalização" do Estado (que ajuda a amalgamar Estado e Sociedade Civil em uma escala internacional) e da Produção (que exige a interpenetração entre elementos do poder público e do setor privado) levando em conta o modo como esta articulação ganha concretude na configuração de uma estrutura de classes peculiar, onde a "autoridade política" nos termos aqui definida, se concretiza nos atritos entre a classe dos "administradores transnacionais" (que combina elementos da vida privada e autoridades públicas), e as forças sociais que tendem ao nacionalismo. É claro que esta postura gerou – e continuará a gerar – diversas controvérsias. Mas, pelo menos em potência, ela aponta para a necessidade de tentar suplantar as especialidades acadêmicas e recoloca no centro da análise o conflito entre as classes e os grupos sociais enquanto forma suplementar de identidade social.

Conforme reiterado, a formulação de Cox é polêmica. A partir de um exame da obra gramsciana, a tese coxiana da internacionalização do Estado (COX, 1981) enseja consequências e dificuldades teóricas que o autor canadense não discute; quais sejam, aquelas referentes à internacionalização da sociedade civil. Duas delas poderiam ser elencadas. Uma primeira estaria nos critérios metodológicos para justificar tal internacionalização. Por outras palavras, como desdobrar da obra gramsciana a formulação de uma internacionalização da sociedade civil se ela não aparece neste formato em sua obra carcerária e pré-carcerária? Em princípio, o *opus* gramsciano concebe a sociedade civil como uma categoria destinada à dinâmica do interior dos Estados e não ao plano internacional. Uma segunda dificuldade diz respeito à formulação gramsciana da unidade orgânica de um Estado e uma sociedade civil. A separação de ambos só seria concebível do ponto de vista didático, metodológico (GRAMSCI, 1975)<sup>6</sup> Como consequência teórica, no âmbito internacional, isto demandaria uma unidade orgânica de um Estado e uma sociedade civil mundiais. A consequência de tal definição não está na pauta dos escritos coxianos e segue sem resposta.

Valendo-se de uma perspectiva gramsciana para tentar resolver este impasse, deve-se atentar para as temporalidades não necessariamente idênticas entre o interno e o internacional.<sup>7</sup> Como o autor italiano sustentou, as relações internacionais seguem logicamente as relações sociais fundamentais (GRAMSCI, 1975), o que significa não

serem necessariamente iguais nos dois níveis. Ainda conforme Gramsci (apud MORTON, 2007, p. 1), "o capitalismo é um fenômeno econômico histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individualmente não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo." Tal formulação certamente tem consequências para a unidade orgânica entre Estado e sociedade civil, considerada na sua particularidade e historicidade.

Cox recorreu a edições temáticas e antologias de língua inglesa de Gramsci que não fazem jus ao movimento de elaboração fragmentário e assistemático do prisioneiro de Mussolini, contemplados somente pela edição crítica dos cadernos carcerários organizada por Valentino Gerratana, a mesma citada neste texto (GRAMSCI, 1975). As edições disponíveis no mundo anglo-saxônico dão a falsa impressão de uma escrita sistemática de Gramsci de suas notas prisionais, ponto forjado pelas compilações feitas nas edições organizadas desde os anos 1950 pelo ex-secretário geral do Partido Comunista Italiano (PCI), Palmiro Togliatti.<sup>8</sup>

O fato de Cox justapor dois autores com estatutos epistemológicos distintos acerca do que seja teoria e conhecimento crítico é apenas uma parte de seu ecletismo.

A confusão com uma perspectiva liberal aparece na teoria crítica - Cox aí incluso - na medida em que não se consegue diferenciar um estatuto crítico ao prescrever soluções globais e universais como forma de acobertar relações particulares de injustiça e exploração. Isto requereria uma ponderação sobre as particularidades históricas, de grupos e classes e seus respectivos papéis na luta por emancipação; ponto não contemplado pela vertente (JAHN, 1998).<sup>9</sup>

Em diapasão semelhante, Saad-Filho e Ayers (2008) reconhecem a importância e a contribuição coxiana para uma compreensão mais aberta e contextualista com significativa repercussão nas ciências sociais. Mas, ainda assim, com ressalvas. Eles assim resumem o ecletismo e limite coxiano no que tange às formulações sobre a transição do capitalismo global à conjuntura de hegemonia do neoliberalismo:

Em primeiro lugar, elas tendem a ser excessivamente abstratas e ecléticas. Estas análises recorrem a uma justaposição metodologicamente falha de interpretações dessa transição, incluindo perspectivas selecionadas do marxismo, teoria da regulação, institucionalismo e economia política evolutiva, entre outras escolas de pensamento e de diversas disciplinas, incluindo relações internacionais (RI), ciência política, sociologia e economia. Estas tentativas de síntese tendem a ser demasiado ambiciosas e, quase invariavelmente,

superficiais. Em segundo lugar, o emprego coxiano de análise de classe é em grande parte categorial, ignorando a dinâmica de espoliação, exploração, resistência e competição no cerne do progresso tecnológico e mudanças políticas nas sociedades capitalistas. Em terceiro lugar, e relacionado com o ponto anterior, os estudos coxianos geralmente oferecem uma teorização inadequada dos processos sociais e históricos e o material e as relações sociais entre eles. Em quarto lugar, elas primam excessivamente sobre a suposta “autonomia” do Estado como um fator explicativo abrangente de reforço infraestrutural de processos de mudança sistêmica (SAAD-FILHO; AYERS, 2008, p. 110, tradução nossa).

As ressalvas identificadas pelos autores se assemelham às dificuldades anteriormente apontadas no âmbito do construto teórico de Cox: justaposição de aspectos, categorias de diferentes construtos sem uma mediação que lhes prive de vagueza ou incoerência interna na argumentação teórica. Em uma palavra, limites de demonstração a partir do plano histórico e empírico e ecletismo.

### 3 Conclusão

Três pontos fundamentais marcaram a argumentação deste texto: (a) o ecletismo epistemológico e conceitual de Cox; (b) a apropriação livre e pouco rigorosa por Cox do pensamento de Gramsci; e (c) a caracterização da formulação de Cox como uma variante do idealismo liberal na medida em que não supera a perspectiva universalista de emancipação na sua proposição e análise do plano internacional. Em face desta avaliação preliminar, algumas frentes de investigação com relação ao pensamento coxiano precisam ser objeto de análise: a “tradução” no sentido gramsciano de categorias como “contra-hegemonia”, revolução passiva e hegemonia, além das já mencionadas (in)compatibilidades conceituais e históricas discutidas acima. Desenvolver-se-á isto em outra oportunidade.

#### Notas:

- (1) Texto integrante da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com bolsa de Pós-Doutorado Sênior do CNPq, processo 167629/2013-1.
- (2) Este é um dos argumentos centrais contemplados em ensaio de Jahn (1998) sobre a teoria crítica, como se pôde observar na discussão do estado da arte tratado nesta contribuição.
- (3) Conforme Mariutti (2013), trata-se de categoria similar àquela de cunho marxista de forças produtivas.
- (4) Em sendo uma categoria de cunho histórico e variável, a categoria gramsciana de hegemonia pode ser incompleta e ter, inclusive, o predomínio da força e emanar do Estado e não da sociedade civil. Uma destas formas incompletas de hegemonia presentes na obra carcerária gramsciana é a complexa categoria de revolução passiva.
- (5) O fato de não existir a categoria de “contra-hegemonia” no aparato conceitual gramsciano não impede que ela seja usada, principalmente se for considerado o aspecto metodológico gramsciano da “tradução” para tal emprego, ou seja, a resignificação de conceitos empregados ou originados de

outros contextos para outro sentido em conformidade com uma nova particularidade, social, histórica, cultural etc.

(6) Ver a respeito também em COUTINHO, 2007 e BIANCHI, 2008.

(7) Compreende-se com isto que os tempos da transformação política, econômica, cultural, militar, social, ideológica etc. não são necessariamente idênticos no interior dos Estados com seus congêneres no além-fronteiras.

(8) Ver a respeito: BIANCHI, 2008, p. 35-46.

(9) Um argumento um pouco semelhante é elencado por Villa (2008) quando identifica uma relação da teoria crítica com o liberalismo. Conforme o autor, a teoria crítica propõe um projeto de emancipação humana que possui relações, pontos em comum com tal tradição de pensamento. A centralidade do tema da sociedade civil, inclusive no plano internacional, reforçaria tal justificativa. Villa inclui nesta avaliação o “braço” da teoria crítica nos temas de segurança, os “*Critical security studies*” ou “Estudos críticos de segurança”. Para uma visão preliminar sobre tais estudos, consultar KRAUSE; WILLIAMS, 2002.

#### Referências

- ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, p. 201-252, 1999.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COX, R. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millenium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- COX, R. *The political economy of a plural world*: critical reflections on power, morals and civilization. New York: Routledge, 2002.
- DEVETAK, R. Critical theory. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, A. (Ed.). *Theories of international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 137-160.
- GILL, S. The global panopticon? the neoliberal state, economic life, and democratic surveillance. *Alternatives Global, Local, Political*, North York, v. 20, n. 1, p. 1-49, jan.-mar. 1995.
- GILL, S.; LAW, D. Global hegemony and structural power of capital. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 476-499, Dec. 1989.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica, In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 31-68.
- JAHN, B. One step forward, two steps back: critical theory as the latest edition of liberal idealism. *Millenium - Journal of International Studies*, v. 27, p. 613-641, 1998.
- KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. (Ed.). *Critical security studies*: concepts and cases. London: University College London Press, 2002.
- KÜTTING, G. *Environment, society and International Relations*: towards more effective international environmental agreements. New York: Routledge, 2001.
- LINKLATER, A. The achievements of critical theory. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Ed.) *International theory*: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 279-300.
- MARIUTTI, E. Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo. *Texto para Discussão*, Campinas, n. 218, abr. 2013.
- MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*. Brasília: UnB, 2002.
- MORTON, A. *Unravelling Gramsci*: hegemony and passive revolution in the global political economy. London: Pluto Press, 2007.
- MURPHY, C. *International organization and industrial change*: global governance since 1850. Cambridge: Polity, 1994.

- MURPHY, C. Understanding IR, Understanding Gramsci. *Review of International Studies*, v. 24, n. 1, 417-425, 1998.
- MURPHY, C. The promise of critical IR, partially kept. *Review of International Studies*, v. 33, special issues S1, p. 117-133, abr. 2007.
- PASSOS, R. D. F. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Novos Rumos*, Marília, v. 50, n. 2, p. 1-19, 2013.
- PRICE, R.; REUS-SMIT, C. Dangerous Liaisons? Critical international theory and constructivism. *European Journal of International Relations*, v. 4, n. 3, p. 259-294, 1998.
- PUGH, M. Peacekeeping and critical theory. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, p. 39-58, Spring 2004.
- RUPERT, M. *Producing hegemony: the politics of mass production and american global power*. Cambridge: Cambridge University, 1995.
- SAAD-FILHO, A.; AYERS, A. J. Production, class and power in the neoliberal transition: a critique of coxian eclectism. In: AYERS, A. (Ed.): *Gramsci, political economy and international relations theory: modern princes and naked emperors*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- SCHECHTER, M. G. Critiques of Coxian Theory - background to a conversation In: COX, R. W. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. New York: Routledge, 2002.
- SCHOUTEN, P. *Theory talk #37: Robert Cox on world orders, historical change, and the purpose of theory in international relations*. 12 March 2010. Disponível em: Theory Talks, <<http://www.theorytalks.org/2010/03/theory-talk-37.html>>. Acesso em: 14 set. 2010.
- VILLA, R. D. Segurança Internacional e normatividade: é o liberalismo o elo perdido dos critical securities studies? *Lua Nova*, São Paulo, n. 73, p. 95-122, 2008.
- WALKER, R. B. J. *Inside-outside: relações Internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: PUC; Apicuri, 2013.
- WALTZ, K. *Man, the state and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 2001.
- WALTZ, K. *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.
- WENDT, A. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University, 2003.
- WHITWORTH, S. *Feminism and international relations: towards a political economy of gender in interstate and non-governmental institutions*. Basingstoke: Macmillan, 1994.
- WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University, 1977.

**\* Professor da UNESP, é pesquisador do Grupo "Cultura e Gênero" e do NEOM - Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana, ambos da referida universidade. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista de Pós-Doutorado Sênior do CNPq, com o projeto de pesquisa "Cox e a teoria crítica das relações internacionais: ecletismo ou coerência?", desenvolvido no âmbito do Instituto de Economia da Unicamp.**